

Sentido, argumentação e identidade narrativa: intersecções entre Bakhtin, Perelman e Ricoeur

Meaning, argumentation and narrative identity: intersections between Bakhtin, Perelman and Ricoeur

Regina Rossetti

rossetti.regina@uscs.edu.br

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (PPGCom-USCS). Doutora em Filosofia pela USP, com pós-doutorado pela mesma universidade.

Ricardo Rossetti

ricardo.rossetti@metodista.br

Professor de Filosofia Contemporânea e Hermenêutica no Curso de Filosofia da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Doutor em Filosofia pela PUC-SP.

Resumo

Bakhtin desenvolve uma reflexão a respeito da linguagem segundo a qual a enunciação é a expressão social de um contexto ideológico, constitutivo da identidade do sujeito enquanto autor de um discurso. A respeito dessa identidade e de como ela se constrói nos processos argumentativos em face da alteridade do sujeito no discurso, ele aponta para a necessidade de se pensar a significação como um problema ontológico de constituição de *quem* é o autor da enunciação e, principalmente, da construção de sentido. O objetivo dessa investigação é compreender esse problema a partir de uma aproximação dos pensamentos de Bakhtin e Paul Ricoeur, perpassando pelos pressupostos dos acordos de argumentação da *nova retórica* de Chaïm Perelman. Ao final, aponta-se uma intersecção teórica entre eles e o que se pode entender a partir daí por argumentação, sentido e identidade narrativa, mediante um processo comunicacional de reconhecimento individual, mútuo e social.

Palavras-chave: linguagem, sentido, argumentação, identidade narrativa.

Abstract

Bakhtin develops a reflection on language according to which enunciation is the social expression of an ideological context, which is constitutive of the identity of the subject as the author of a discourse. Regarding this identity and how it builds on argumentative processes in the face of the otherness of the subject in discourse, he points to the need to understand significance as an ontological problem of establishing who is the author of the enunciation and especially of the construction of meaning. The purpose of this article is to understand this problem through a dialogue that brings together thoughts of Bakhtin and Paul Ricoeur, including the assumptions of the argumentation agreements of Chaïm Perelman's new rhetoric. At the end, it discusses a theoretical intersection between them and what can, on that basis, be understood as argumentation, meaning and narrative identity, through a communicational process of individual, mutual and social recognition.

Keywords: language, meaning, argumentation, narrative identity.

Introdução

Este estudo da linguagem – considerado em sua função comunicativa –, recortado pelos temas da argumentação e do discurso, tem por objetivo refletir sobre os conceitos de argumentação, de sentido e de identidade narrativa como elementos constitutivos e fundamentais de *quem* é o sujeito do discurso retórico, além do sujeito

da compreensão desse discurso. Por essa razão, a presente pesquisa poderia também ser identificada como uma *fenomenologia do sujeito argumentativo*. Trata-se de uma investigação acerca do uso da linguagem como instrumento de convencimento, ou de como a linguagem se expressa enquanto um instrumento de controle racional social, capaz de induzir o interlocutor a praticar determinado ato (com a livre e firme convicção de que é a melhor coisa

a fazer). Trata-se também da busca pela compreensão do sentido do discurso retórico como elemento identificador da comunidade linguística na qual ele encontra o seu lugar. Nesse caso, vislumbra-se a necessidade de identificar o “agente da enunciação”, não somente como o autor de um discurso. Ele deve ser identificado também e principalmente como o princípio doador de sentido de um enunciado e como legítimo emitente de uma voz ideológica de expressão social, que é capaz de dizer *quem é* e como ele se identifica com o *outro* no diálogo. Somente a partir daí seria possível pensar a argumentação como um modo de significação da linguagem ou, simplesmente, como sentido do discurso.

Bakhtin afirma que se devem distinguir o sistema normativo da língua e a linguagem propriamente dita, procedimento que se considera como passo preliminar para a compreensão das ideias de sentido e de argumentação em sua obra. A ideia de sistema, criticada por ele, diz respeito ao conjunto de regras gramaticais que, por sua vez, se constituem como o registro do modo como uma língua deva ser praticada no interior de determinada sociedade, cultura ou nação. Esse sistema se configura como um conjunto de normas descritivas e operacionais sobre as quais deveriam se apoiar as práticas linguísticas subsequentes, como se um enunciado somente conseguisse dizer algo ao obedecer a seus mandamentos. Essa projeção ideal do sistema normativo da língua, entendida como o aporte estruturante da prática do discurso, denota, sob razoável suspeita, o aspecto objetivo da língua, o que é pretendido por determinadas escolas da Linguística, como a de Saussure. Essa objetividade pressuposta fundamenta a tese segundo a qual não é possível mudar os significados intrínsecos dos componentes linguísticos a partir dos seus usos sem que com isso não houvesse algum tipo de corrupção dos processos de significação dos enunciados.

No entanto, para Bakhtin, esse entendimento não é capaz de dizer a realidade prática de uma língua, que, segundo o autor, deve ser compreendida como linguagem. Nessa direção, a língua não se definiria como um conjunto normativo descritivo, mas como um conjunto de enunciação, cujos sentidos são definidos pelos usos, isto é, pela maneira como elas são aplicadas na prática dos diálogos. Isso porque é no uso ou prática da língua, ou na maneira de aplicá-la para expressar ideias, pensamentos, sentimentos, intuições, experiências etc., que o sujeito do discurso é capaz de se identificar como alguém; é a partir daí que ele se torna concreto, possível e real. Desse modo, a linguagem é mais que a racionalização normatizada de uma ideia, é o próprio modo de ser e de pensar de alguém. Então, sob uma perspectiva de inspiração bakhtiniana, a linguagem aconteceria como um modo de superação do sistema normativo da língua, e também como o elemento constitutivo dos diálogos e dos processos interativos dos interlocutores de uma discussão. E isso se dá pelo fato

de que a linguagem se constitui enquanto uma espécie de *práxis* das possibilidades do dizer. Isto é, ela aparece e se desenvolve como a legítima tentativa de comunicação racional e de expressão dos sentidos e dos modos de ser que o sujeito pode adotar como próprios no mundo da vida. E toda essa dinâmica indica que a linguagem logra êxito quando, no universo das interações racionais, se expressa como sentido da realidade e compreensão de mundo. Quer dizer, Bakhtin assume a linguagem enquanto modo possível, e, por isso, ela se constitui como um modo real e concreto de acontecimento da língua. Isso é o que pressupõe sob o argumento de que é somente na prática lingual que os enunciados aparecem e constroem discursos dotados de sentidos, sendo assim capazes de dizer algo a alguém de modo compreensível, de modo a ser possível conceber concretamente *quem é* o sujeito de uma argumentação. É a partir dessa tese bakhtiniana que se desenvolve daqui em diante a reflexão proposta.

Visto o que Bakhtin entende por linguagem, é preciso investigar qual o papel do interlocutor de uma relação dialógica enquanto narrador do *discurso de outrem*. Essa atividade narrativa ocorre no interior do processo argumentativo, isto é, na atividade dialógica onde os sujeitos visam a um processo recíproco de reconhecimento mediante a interposição de falas dotadas de sentidos comuns. Esse processo delinea a figura daquele que Ricoeur chamou de sujeito capaz, que, na sede do discurso dialógico, aparece como alguém que fala algo de alguém, com a finalidade de estabelecer uma relação de identidade, de identificação e de reconhecimento mútuo. Começa-se a construir, se não uma tradição filosófica acerca do papel e identidade do sujeito no discurso, ao menos um ponto de convergência onde autores de tradições singulares encontram problemas e questões comuns quanto àquele que fala num diálogo, isto é, quanto a *quem é* o sujeito do discurso. Nesse sentido, é preciso deixar claro que Bakhtin propõe a ideia de alteridade como um componente estrutural e elementar do diálogo, ideia essa que ele pretende seja vista como algo além daquela que compreende a relação dialógica entre dois sujeitos, entre o *eu* e o *tu*, como sugeria Benveniste. Pretende ele que o diálogo compreenda também a figura de um terceiro, de *um alguém capaz* de suscitar uma espécie de consciência dialógica na intercorrência do discurso: alguém capaz de falar de si mesmo como se fosse outro, alguém com quem se possa desenvolver uma reflexão razoável. Eis a aurora da alteridade do sujeito do discurso.

Desde já é possível notar que até mesmo no discurso retórico a alteridade aparece como pressuposto de uma reflexão argumentativa. Conforme Perelman afirma em sua *Nova Retórica*, ao tratar do auditório como construção perene do orador, ainda que o locutor estabeleça seu discurso como forma de algum tipo de imposição ideológica e com vista a anular ou substituir as convicções próprias do

auditório, a figura do outro tem no discurso argumentativo um papel tão importante quanto a do orador. Quer dizer, ao proferir um discurso retórico, o sujeito deve pressupor o tipo de auditório que ele pretende convencer, ainda que estejam ao alcance dele apenas uma psicologia geral ou algumas poucas noções de afetividade dialógica: uma pressuposta disposição de caráter e até mesmo dos credos ou preferências individuais de possíveis interlocutores.

Assim sendo, o problema que se procura responder com o presente estudo emerge da associação de duas premissas da filosofia da linguagem de Bakhtin, que, por sua vez, constituem o cerne da concepção de linguagem desse autor. A primeira delas sustenta que não é possível uma concepção objetiva de língua, enquanto um sistema normativo predeterminado e consubstanciado em significados estanques predefinidos. Somente em face da enunciação – ou seja, do uso da língua na forma da fala – a língua seria capaz de expressar algum significado. Desse modo, a linguagem se definiria como o uso concreto de uma língua, capaz de expressar os sentidos de uma relação comunicacional e também o papel dos interlocutores, ainda que ela aconteça de uma forma inovadora. A segunda premissa é a de que não é o sujeito quem define o uso ideológico da linguagem, conferindo a ela algum sentido particular a partir de uma perspectiva egocentrada e fenomenologicamente solipsista. A própria perspectiva do sujeito seria ontológica e sociologicamente definida pela linguagem. Isso porque o caráter ideológico da linguagem aponta, e quase determina, os seus usos gerais e coletivos como fatores de produção de sentidos concretos e de definição da própria identidade do sujeito enquanto agente de enunciação. Isso se dá sempre no interior de um movimento dialético e, em termos hegelianos, a partir da dinâmica natural do espírito absoluto da sociedade na qual esse sujeito está inserido.

Nessa direção, este estudo pretende perguntar: se não é possível uma concepção objetiva de língua, na medida em que o sujeito não define por si só os usos e significados de suas enunciações, como seria possível compreender sua identidade de autor de um discurso argumentativo para, a partir daí, conceber os significados ideológicos possíveis de seu discurso? Quer dizer, se a língua não impõe normativamente os significados dos enunciados e o sujeito individual também não tem esse poder, *quem* define os significados dos usos linguísticos na prática da argumentação que ocorre no interior de um processo dialógico? Saber, então, *quem* é esse sujeito da enunciação num discurso argumentativo é o objetivo central da presente investigação. A partir daí, o itinerário proposto é circunscrito pela busca do entendimento acerca dos conceitos de enunciação e sentido, com o objetivo de identificar no sujeito do discurso um agente capaz de argumentar e de produzir sentido ao próprio enunciado, o que pode ser encontrado na filosofia da linguagem de Bakhtin. No en-

tanto, essa abordagem, a partir exclusivamente da teoria desse autor, não seria suficiente se não fossem levadas em conta as condições, os elementos e as formas de composições argumentativas que se produzem no interior do discurso. Para tanto, foi preciso recorrer a uma leitura do problema a partir de uma perspectiva retórica, que pôde ser encontrada em Perelman como uma nova maneira de se pensar a argumentação a partir de um princípio de razoabilidade. Trata-se, de fato, de uma tentativa de aproximação de tradições distintas onde parece se revelar uma relação de complementaridade entre a teoria da linguagem de Bakhtin e a teoria da argumentação de Perelman. Essa aproximação entre as abordagens linguística e argumentativa revela-se imprescindível para que a ideia de identidade narrativa de Ricoeur alcance seu lugar de destaque como uma filosofia do sujeito, capaz de dizer quem é o criador de uma argumentação inovadora de significados. Percebe-se, assim, que a constituição do problema que há pouco se apresentou exige um tipo de reflexão capaz de reunir diferentes tradições de pensamento que, embora não sejam historicamente intercomunicantes, podem ser consonantes no modo de estudar seus objetos, em face do sujeito, o que torna plausível essa inusitada aproximação entre os autores. Quer dizer, ainda que eles não tenham se encontrado numa discussão filosófica mais prodigiosa e factual, suas obras podem ser confrontadas e colocadas em debate de modo que, ao fazê-lo, revelem interesses contíguos pelo entendimento acerca de *quem* pode ser o sujeito da argumentação. Por isso, afirma-se aqui que suas abordagens, ainda que tratem de temas indiretamente conectados e situados em diferentes tradições do pensamento, apresentam a transversalidade que a dimensão epistemológica do problema aqui colocado requer. Afinal, tais conexões ou provocações servem para dar conta de um propósito em especial: compreender as relações entre sentido, argumentação e identidade narrativa num processo de identificação do sujeito da argumentação. Propõe-se o estudo da teoria da argumentação de Chaïm Perelman, naquilo que concerne mais especificamente aos pressupostos estruturais do discurso argumentativo – os chamados âmbitos e acordos da argumentação; na mesma direção, propõe-se o estudo da filosofia do sujeito e da ação de Paul Ricoeur, no que se refere à identidade narrativa e aos níveis de identificação do sujeito, mediante processos de reconhecimento, o que se dá metodologicamente sob o prisma de sua *hermenêutica do si*.

Talvez fosse possível algum tipo de objeção quanto à aproximação desses autores pelo fato de estarem tão distantes um do outro na constituição de uma mesma forma de abordagem temática ou metodológica do problema do discurso. No entanto, a afinidade que emerge entre suas teorias, a partir da forma como constituem os problemas da linguagem e da construção do discurso argumentativo, torna possível e, quiçá, até oportuno proceder a essa apro-

ximação. Isso sem falar no modo consonante de conceber o papel e o lugar do sujeito capaz de argumentar no interior do discurso comunicante, como se pretende demonstrar logo adiante. Portanto, se não há uma tradição dialógica entre esses três autores, ao menos é possível proceder à construção de um diálogo, fictício, mas consonante no que se refere à concepção dos componentes do discurso argumentativo e ao modo como se constitui a identidade do sujeito no processo dialógico de argumentação.

Uma filosofia da linguagem em Mikhail Bakhtin

Para entender os pressupostos de um discurso argumentativo no pensamento de Bakhtin, com a finalidade de responder a questão sobre *quem* é o sujeito da enunciação e da produção de sentido, retomam-se *Marxismo e filosofia da linguagem* (2009) e o ensaio “Gêneros do discurso”, publicado como adendo em *Estética da criação verbal* (2011). Nessa direção, pretende-se delinear com razoável clareza o percurso de sua reflexão acerca do problema do sujeito e da produção de sentido.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2009), texto publicado entre 1929 e 1930 por Bakhtin/Volochínov¹, propõe-se um estudo da linguagem sob uma perspectiva de forte influência marxista, alegando que, pelo fato da linguagem ser uma superestrutura social – condição necessária da comunicação social –, ela é também o lugar de confrontos entre valores sociais contraditórios, uma vez que a língua reflete também os conflitos sociais de classes propriamente ditos. Para afirmar essa tese, o autor considera que o signo linguístico é ideológico e, portanto, posto pelo próprio sistema linguístico, que, por sua vez, é social e concreto. No entanto, ele enfatiza, sobretudo, o ato individual da fala como o núcleo linguístico a ser considerado nos processos de produção de sentido, já que é somente mediante a prática do discurso que seria possível compreender seu significado, isto é, seu sentido ou simplesmente o vivido. Ora, isso se dá pelo fato de que as normas da língua não são postulados objetivos estanques e apartados da realidade concreta, mas são normas sociais e capazes de refletir e determinar condutas, mediante uma tensão dialética típica onde os processos de significação acontecem sob o signo de uma luta, uma espécie de luta por reconhecimento mútuo, como sustentará Ricoeur, que decorre da identificação recíproca entre sujeitos que querem seus discursos validados e compreendidos sob o signo da igualdade. Decerto, Bakhtin é um crítico veemente da concepção objetivista de língua, pois ele parte da ideia de que as normas não instituem positivamente comportamentos linguísticos, mas expressam de certa maneira as

possibilidades de significação do signo linguístico a partir de uma ideologia social preempitoriamente dominante e que pode ser constantemente redimensionada diante da possibilidade de inovação no uso do símbolo linguístico com a práxis social do discurso. Por isso, para o locutor de um discurso pouco importa a norma da língua enquanto predisposição normativa objetiva de enunciação ou, simplesmente, como um exercício de gramática aplicada. O que lhe importa é como a língua pode servir às condições sociais de comunicação entre os interlocutores de um diálogo, de modo a assegurar-lhes uma dinâmica discursiva em condições de paridade, onde o signo, muitas vezes, possa ser ultrapassado por sua significação, tornando-se assim o sentido imediato de uma forma dialógica de interação social. Ainda que sob a égide da inovação no uso linguístico, isto é, considerando a possibilidade da criação significante, capaz de produzir novidade na construção dos sentidos linguísticos, o mais importante é a dialética da produção de sentido do signo linguístico. Afinal, a “palavra sempre está carregada de um conteúdo ou um sentido ideológico ou vivencial” (Bakhtin, 2009, p. 95), que ganha caráter de *novidade* a cada nova situação concreta de uso, a cada nova aplicação, a cada nova argumentação. Assim, concebida como de natureza social, toda enunciação pertence a uma comunicação verbal e a um determinado contexto social ou comunidade linguística, o que a define como “produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” (*ibid.*, p. 112). Essa relação comunicacional entre os interlocutores do discurso faz pressupor certo horizonte social de interação – fonte da criação ideológica de um grupo social, num determinado lugar e numa determinada época: trata-se propriamente de uma espécie de comunidade de comunicação, estabelecida a partir daquilo que ela mesma está disposta a aceitar como próprio de sua identidade e constituída de valores, ideais, sentimentos e outros elementos culturais que possibilitam a dinâmica de suas formas de interação social. Assim, a noção bakhtiniana de interlocutor corresponde àquilo que Perelman identifica como auditório universal e que, sob a forma narrativa, será identificado como *auditório do próprio sujeito* (ou o lugar do argumento para consigo mesmo ou da deliberação para consigo mesmo; Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2000, p. 45).

Uma vez que o enunciado constitui a natureza social da interação verbal (Bakhtin, 2009, p. 122), é preciso conceber a palavra como um modo de expressão de “*um* em relação ao *outro*”, pois é através da palavra que o sujeito se define em relação ao outro e em relação à coletividade (*ibid.*, p. 113); é através da palavra que o sujeito do discurso se define como alguém capaz de argumentar. Desse modo, a operação da língua constitui-se de uma tomada de consciência – uma atividade mental do *eu* – em relação à elaboração ideológica – a atividade mental do *nós* –, o que requer, segundo o autor, aquilo que chamou de “uma

¹ A opção neste artigo será por referenciar a obra *Marxismo e filosofia da linguagem* pelo autor Bakhtin. Sobre a questão da autoria da obra, ver o artigo de Pampa Olga Arán (2014).

psicologia das profundezas” ou certo sentido de razoabilidade. Trata-se daquilo que os sujeitos de uma determinada comunidade de comunicação estão dispostos a aceitar como objeto de discussão e na forma que entendem aceitável. Essa operação comunicativa por natureza permite ao sujeito da enunciação compreender-se enquanto alguém capaz de enunciar, de argumentar, de significar², na medida em que ele se reconhece numa determinada comunidade linguística como seu integrante. E é aquela tomada de consciência que permite discernir entre o discurso próprio e o discurso de outrem – uma espécie de dialética da compreensão e do reconhecimento, e também núcleo da ideia de discurso argumentativo – porque os interlocutores interagem necessariamente entre si, de modo a constituir um processo de integração a que se poderá chamar de diálogo: trata-se da interação entre duas ou mais enunciações entre sujeitos comunicantes (*ibid.*, p. 146). Por sua vez, essa concepção de interação dialógica remete à ideia de discurso argumentativo em Perelman e ao processo de reconhecimento do sujeito de Ricoeur (1990), como se verificará mais adiante. Por fim, é preciso notar que, para Bakhtin, toda fala escrita tem uma finalidade, que é a de compor um enredo de personagens fictícios, de narrar uma história, de estruturar o diálogo num processo judicial ou mesmo de pôr uma polêmica em discussão. Por essa razão, segundo o autor, todo diálogo pressupõe uma terceira pessoa, alguém em face de quem se desenvolve uma reflexão. Por isso, o diálogo reflete um tipo de relação social estável dos interlocutores, em torno da qual se desenvolverá certo senso de razoabilidade do discurso, pelo que a argumentação ganha limite e estrutura própria³.

Em *Estética da criação verbal* (2011), no adendo textual que trata dos gêneros do discurso, Bakhtin salienta a importância dos enunciados escritos e orais como produtos concretos e únicos da língua. Para ele, os enunciados são a expressão de alguma esfera humana que, por sua vez, produz tipos enunciativos específicos ou gêneros discursivos. Nesse sentido, o diálogo cotidiano, o relato familiar, uma ordem militar padronizada ou certos tipos de declarações públicas são exemplos de gêneros discursivos constitutivos dessas produções. De qualquer modo, a enunciação mantém seu caráter individual com capacidade relativa para dizer algo acerca de seu locutor: a seleção gramatical

2 Nessa direção, Paul Ricoeur parece ter dado conta dessa operação de tomada de consciência quando, em *Soi-même comme un autre* (1991), propõe um estudo acerca da relação entre enunciação e sujeito que fala por conta de aproximações pragmáticas e em modos especiais de construção da identidade narrativa (p. 55 e ss.; 137 e ss.; 167 e ss.). Em Ricoeur (p. 199) esse tema, que remete necessariamente à sua antropologia do homem capaz e falível, é desenvolvido em torno da ideia de ação (atos de fala) em três níveis distintos: estima de si (o mesmo/mesmidade), solicitude (o próximo/ipseidade) e respeito pelo outro (o distante/alteridade).

3 Perelman chamará isso de *acordos da argumentação*.

dele já é um ato estilístico que lhe dá alguma identidade. O que o locutor desenvolve em termos de ato de fala é uma relação dialógica com seu ouvinte, que recebe e compreende dele a significação do discurso em conformidade com o sentido de razoabilidade admitido pela comunidade linguística como possível e aceitável. Essa dialética da interpretação do enunciado aproxima, de certa maneira, Benveniste de Bakhtin por compreender a relação dialógica como uma relação linguística de intersubstitutibilidade entre duas pessoas do discurso: o *eu* e o *tu*. Essa identificação do sujeito é o que permite o processo de criação e de composição do discurso próprio, a partir do discurso de outrem, quando se considera a si mesmo como o outro do discurso; trata-se de um nível crítico da reflexão na qual essa composição faz emergir o que Ricoeur chamara de alteridade. Por isso, a comunicação verbal somente será possível se ela pressupuser o *outro*. Do contrário, não há a menor possibilidade de interação mediante uma linguagem comum. Portanto, o que possibilita o próprio ato comunicacional é a possibilidade de considerar o interlocutor como alguém capaz de argumentar e, também, de compreender o sentido de sua enunciação; e essa operação somente é possível se o enunciado levar em conta o que o *outro* sabe e pode saber da própria linguagem do discurso.

Raciocínios argumentativos na *Nova Retórica* de Chaïm Perelman

Chaïm Perelman tem como marca principal de sua obra a elaboração de uma teoria da argumentação que busca fundamentar sua ideia de filosofia regressiva, o que se caracteriza como uma filosofia da linguagem dotada de caráter antiabsolutista, realista e historicamente dotado de fundamento (Perelman, 1999a, p. 131-151; 2000a, p. 467). Com sua teoria da argumentação, o autor pretende apontar para as distorções e para os preconceitos referentes ao estudo da retórica, buscando demonstrar como a tradição racionalista impossibilitou o livre exercício da elaboração e elucidação da problemática filosófica e de seu discurso. Ele trata da questão de como se dá uma justificativa ao método filosófico num âmbito diferente do que fora constituído e tradicionalmente apoiado no racionalismo cartesiano, o que toma como modelo de raciocínio a lógica formal. Nessa direção, Perelman sugere uma mudança de ótica, pretendendo desenvolver uma estrutura de pensamento cuja principal característica depreende-se da necessidade de persuadir o interlocutor no ato do diálogo, levando-o a aderir às razões de uma tese, então consideradas como suficientemente justificadas (Perelman, 2000a, p. 467; 1999a, p. 131-151).

Essa abordagem busca enfocar o problema metodológico da filosofia a partir de uma perspectiva epistemológica,

lógica e axiológica. Ao tratar do pensamento filosófico, que deve ser aberto a indagações e destinado à compreensão do real, em suas múltiplas e infinitas possibilidades, a tradição cartesiana formatou a reflexão como um processo racional que, visando assegurar a veracidade do conhecimento, deveria ser restringido por um raciocínio suficientemente rígido e incapaz de abrir concessões ao não evidente ou ao refutável. A dificuldade dessa postura consiste num equívoco estrutural do princípio metodológico adotado para a reflexão filosófica do pensamento. Isso quer dizer que, com a adoção desse modelo, criou-se uma restrição formal desnecessária, arbitrariamente imposta ao desenvolvimento do conteúdo do pensamento, por uma lógica parcialmente considerada como suficiente à realização das investigações filosóficas. O problema filosófico perelmaniano começa com a constatação de que o discurso filosófico moderno, e sua pretensa realização iluminista, não conseguiu lograr êxito devido à utilização de um modelo de raciocínio insuficiente e inadequado para demandar o conteúdo de sua reflexão. Perelman (2000a) viu no formalismo e na busca do absoluto uma antinaturalidade do pensamento filosófico que, pelo contrário, deveria contar com uma liberdade ilimitada para resolver seus problemas, sempre de uma maneira não coercitiva e não arbitrária (p. 85-92 e 145-233). No entanto, o que ocorreu na modernidade foi a formação de ideais que tomaram a frente das necessidades reais, buscando findar a busca pela verdade como quem dá a última palavra em uma discussão. Mas enquanto Perelman aponta primordialmente para um problema formal, torna-se saliente um problema substancial do pensamento. É que as limitações do raciocínio, impostas pela exclusividade de uso da lógica formal na elaboração e na solução de problemas filosóficos, refletem, de certa maneira, os valores que orientam a construção da linguagem responsável pela comunicação entre os integrantes de uma comunidade filosófica. Com essa castração do pensamento e da linguagem, tornou-se necessária uma recuperação de antigas soluções, com vista à resolução de problemas, o que Perelman desenvolve a partir da retomada da retórica, sob o prisma de uma reflexão acerca da teoria geral dos valores, atrelada a uma nova teoria da argumentação.

O raciocínio argumentativo seria destinado àqueles discursos que devem tratar de discutir valores, crenças e opiniões num âmbito no qual não há importância em conhecer a verdade de uma afirmação, mas somente em promover a adesão ou não a uma ideia que, por sua vez, não pode ser provada, embora possa ser justificada pela plausibilidade. Nesse sentido, o raciocínio argumentativo busca desenvolver um argumento desprovido de formato coercitivo, mas dotado de conteúdo e estrutura peculiares (Perelman, 1999a, p. 65 e ss.). Assim, a teoria da argumentação na proposta do autor tem como uma de suas finalidades fundamentais promover uma comunicação de

consciências, o que certamente se dá no desenvolvimento da linguagem, e o que recebeu apoio de Jacques Lacan, por ocasião do seminário apresentado por Perelman em 1960 na Sociedade Francesa de Filosofia (2000a, p. 123 e ss.). Daí a necessidade de explicitar as espécies de raciocínios argumentativos e qualificar aquela que se adequaria à filosofia.

Em qualquer forma de raciocínio argumentativo, o orador deve dirigir seu argumento a um determinado auditório, levando em consideração o âmbito de alcance de suas pretensões comunicacionais. Segundo Perelman, há três espécies de auditório com os quais interage o orador: o universal, o composto de um único ouvinte e o auditório do próprio sujeito do discurso (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2000, p. 34-52). Em razão do tipo de auditório delinear-se-á a qualidade do raciocínio que é constituído no discurso. O diálogo com um auditório universal requer uma linguagem acessível e desprovida de tecnicidade. Se o auditório for composto de um único ouvinte, pratica-se um discurso específico, cuja qualidade argumentativa dependerá da especialidade cognitiva e intelectual de seus membros: trata-se propriamente de um auditório que corresponde ao que Bakhtin chamou de comunidade linguística⁴. Nesse caso, a linguagem do discurso admite construção e estruturas mais elaboradas, cujo valor ideológico tenha um âmbito de alcance mais restrito a determinados grupos sociais e que, por isso, impeça a sociedade em geral de participar de forma ativa e na posição de interlocutores legítimos do discurso. Perelman propõe ainda a possibilidade do auditório do próprio sujeito, onde o locutor de um enunciado atua no duplo papel de orador e de auditório. Nesse caso, o sujeito que delibera é considerado em geral uma encarnação do auditório universal e assume, nesse sentido, o estatuto daquilo que Ricoeur chamou de *o outro de si mesmo*. Esse argumento para consigo mesmo é a forma reflexiva do discurso argumentativo criativo que, numa fase criticista do próprio exercício intelectual do sujeito, pode significar o processo dialético de inovação nos usos da linguagem, como sugerido em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2009). E é exatamente nessa ocasião que reaparece o problema da identidade narrativa de quem é o autor do enunciado e de quem produz sua significação.

É necessário dar especial atenção a um aspecto comunicacional importante do processo de desenvolvimento do argumento: diz respeito ao problema da validade do modo e da forma como o discurso é construído (Perelman, 1999a, p. 199). Para Perelman, a linguagem é entendida como um produto cultural, nem necessário, nem arbitrário, mas um elemento racional historicamente constituído que, embora não seja eterno e absoluto, tem as suas razões para ser construído e desenvolvido, tal como o é em sua comunidade

4 Para Apel e Wittgenstein, trata-se de *comunidade de comunicação*.

de de comunicação originária (Perelman, 2000b, p. 154). Assim, a linguagem tem suas características singulares, que são decorrentes de determinados valores comuns, providas de acordos espirituais interdependentes que atuam como o motor de seu próprio desenvolvimento, o que lhes confere a qualidade de serem doadoras de sentido ao discurso. Isso diz respeito, segundo o autor, a um processo que requer: (1) o reconhecimento das liberdades de pensamento, de decisão e de expressão, como componentes lógicos do processo discursivo, o que em certo sentido o aproxima da teoria bakhtiniana de linguagem, uma vez que esta também pressupõe uma possibilidade de fala, enquanto liberdade de ser de um sujeito comunicante razoavelmente livre para produzir determinado uso da linguagem; e (2) o reconhecimento da linguagem como discurso racional, cuja propriedade principal seja a de garantir o cumprimento de um objetivo de persuadir alguém, isto é, de exercer certa atividade de controle e dominação através de um enunciado. É diante desse quadro que emerge a questão sobre *quem* é o sujeito capaz da argumentar e qual o sentido de sua enunciação.

A identidade narrativa sob uma *visada ética* em Paul Ricoeur

Para Bakhtin a língua ganha vida com a enunciação, momento em que o locutor fala algo a alguém: eis uma ação que pressupõe uma alteridade para sua prática. Segundo Paul Ricoeur, esse exercício narrativo constitui o que ele chamou de *ascrição*, isto é, o ato narrativo no qual, ao falar algo de alguém, o sujeito do discurso adquire uma identidade narrativa, uma vez que, de certo modo, está a falar quem é ele mesmo. Isso ocorre porque *ascrever* uma ação é mais que dizer o que alguém fez, disse ou é responsável. É propriamente vincular as ações próprias e as de outrem a uma identidade que se delineia mediante um exercício dialético de projeção de intenções, motivos e acontecimentos pessoais. Nessa direção, *ascrever* é, ao mesmo tempo, *descrever* e *prescrever* uma ação, é um modo de conferir sentido a ela. E, assim, o exercício de interação entre locutor e interlocutor é constitutivo de uma narrativa em face da qual os interlocutores de um discurso adquirem uma identidade que tem potencial para determinar *quem* é o sujeito do discurso na prática da enunciação. Nesse sentido, Ricoeur propõe que a ideia de identidade deve ser tomada “no sentido de uma categoria prática. Dizer a identidade de um indivíduo ou de uma comunidade é responder à pergunta: *quem* fez tal ação? *Quem* é seu agente, seu autor?” (Ricoeur, 2010, p. 418). Ele ainda propõe um itinerário de construção dessa identidade através do qual é possível compreender *quem* é o sujeito de um discurso em diferentes níveis de identificação. Assim, a pergunta deve começar a ser respondida

com a identificação de um nome, uma forma substancial e ao mesmo tempo simbólica de identificação do sujeito, realmente, algo como uma insígnia de sua personalidade no mundo. Agora, se esse nome é próprio, um substantivo geral ou mesmo um pronome pessoal, pouco importa, desde que sirva para apontar o sujeito como alguém que pratica um ato ascritivo.

Na sequência, é necessária a identificação de um suporte desse nome, algo concreto para que o sujeito da ação seja o mesmo ao longo de toda uma vida. Enfim, a resposta àquela pergunta tem de ser narrativa, uma vez que, para tanto, é preciso “contar a história de uma vida. A história contada diz o *quem* da ação. *Portanto, a identidade de quem não é mais que uma identidade narrativa*” (Ricoeur, 2010, p. 418). Nessa direção, explica Ricoeur que, sem o auxílio da narração, o problema da identidade pessoal estaria fadado a uma antinomia: ou se supõe um sujeito idêntico a si mesmo na diversidade dos seus estados ou se considera o sujeito apenas como uma ilusão, uma figura abstrata e desprovida de significado real. Em ambos os casos, não se trata de alguém concreto, que tenha algo a dizer sobre si mesmo, mas tão somente de uma projeção imaginária de pessoa que em nada tem a ver com as pessoas reais.

Segundo Ricoeur, a identidade narrativa de um interlocutor pressupõe uma intenção e uma relação dialógica para com alguém, ou seja, para ser possível a constituição de uma identidade narrativa, é preciso levar em conta aquele em face do qual se desenvolve o diálogo e, ainda mais, a qualidade ética da relação dialógica na qual ele está envolvido. Para tanto, é de se pressupor a possibilidade da mudança, da mutabilidade e da coesão de uma vida. E, então, a história de uma vida não deveria cessar de ser refigurada por todas as histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta sobre si mesmo. Essa refiguração é o principal constituinte da trama de relações interpessoais e da identidade do sujeito (Ricoeur, 2010, p. 419). Isso quer dizer que o ato de narrar implica um processo hermenêutico a partir do qual o sujeito reconhece a si mesmo na narrativa e então recria sua própria significação no mundo da vida, operando diferentes possibilidades de se identificar como o mesmo de si ou como um outro distinto de si mesmo. Neste caso, o processo de construção da identidade narrativa se dará mediante uma dialética da mesmidade-ipseidade, e o resultado seria uma dupla constatação: (1) o sujeito identifica-se a si mesmo como autor de um enunciado ou ideia, a cada vez que opera uma releitura do ato próprio de falar, e neste caso ele encontra sua identidade-idem na constatação de uma permanência de si no mundo; (2) o sujeito identifica a si mesmo como um outro, pois, diante da possibilidade da mudança e da ressignificação de seu ato de fala, ele descobre uma nova maneira de compreender o mundo, a si mesmo e suas ações, cons-

tituindo assim uma identidade-ipse mediante a constatação da manutenção de si enquanto possibilidade ontológica e não como necessidade.

Pode-se falar da ipseidade do indivíduo ou de uma comunidade histórica. A conexão entre ipseidade e identidade narrativa demonstra que o si do sujeito é fruto de uma vida examinada, depurada, clarificada pelos efeitos das narrativas veiculadas pela cultura de uma sociedade (Ricoeur, 2010, p. 419). Nessa direção, Ricoeur se aproxima de Bakhtin por conceber a linguagem e seu processo de significação como produto social e expressão ideológica de valores sociais coletivos e não individualizados. Então, a ipseidade nada mais é que aquilo da identidade do sujeito que se constitui pelas obras da cultura e da ideologia de uma sociedade. Daí poder afirmar que a identidade narrativa do sujeito do discurso não é estável e sem falhas, uma vez que ela não cessa de se fazer e de se desfazer, razão pela qual ela implica uma responsabilidade ética enquanto fato da ipseidade do sujeito (Ricoeur, 2010, p. 423).

Nessa direção, Ricoeur desenvolve, em *Soi-même comme un autre* (1990), um pequeno ensaio ético segundo o qual toda ação, até mesmo aquela que se constitui na forma do discurso, deve ser direcionada para uma *visada ética* que, por inspiração aristotélica, é definida como aquela que busca uma vida boa, com e para os outros nas instituições justas (p. 202). Isso quer dizer que não há ação que se constitua como um acontecimento sem que ocorra em face de alguém e para alguém numa relação de reciprocidade. Então, o pressuposto da alteridade na constituição da identidade narrativa coloca os interlocutores como agentes de uma ética fundada sobre uma *regra de justiça* (Ricoeur, 2010, p. 264). A respeito dessa regra explica Perelman que se trata do fundamento formal da reciprocidade de tratamento entre os interlocutores de um discurso: ela “requer a aplicação de um tratamento idêntico a seres ou a situações que são integrados numa mesma categoria” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2000, p. 248). Ora, esse pressuposto, característico do discurso argumentativo, é elementar na compreensão da identidade narrativa dos interlocutores, pois se trata do princípio lógico do processo de identificação dos interlocutores. Portanto, em qualquer dos níveis de identificação dos sujeitos do discurso, a reciprocidade entre o si e o outro é condição de acontecimento do discurso e de compreensão de sua significação.

Um diálogo consonante: argumentação, sentido, identidade narrativa

Já foi dito aqui que Bakhtin desenvolve uma reflexão a respeito dos atos de fala segundo a qual a enunciação se revela como expressão social de um dado contexto ideológico e, nessa direção, torna-se constitutiva da identidade

do sujeito enquanto autor de um discurso aceitável pela comunidade linguística na qual está inserido. No entanto, a respeito dessa identidade e de como ela se constrói nos processos argumentativos do discurso, o autor aponta para a necessidade de se pensar a significação como um problema ontológico de constituição do sujeito da enunciação. Destarte, o objetivo da presente investigação é o de compreender o problema da significação a partir de um diálogo conceitual entre a filosofia da linguagem de Bakhtin e a filosofia do sujeito e da ação de Paul Ricoeur, o que perpassa, de modo provocativo, pelo itinerário dos pressupostos da argumentação do discurso conforme explicitados na teoria de Chaim Perelman. Ao final desse percurso, verifica-se a possível consonância teórica entre diferentes tradições filosóficas que, reunidas e articuladas na forma de um diálogo crítico e reflexivo, contribuem para o entendimento acerca dos conceitos de significação, de argumentação e de identidade narrativa, além do processo de construção desta, o que se dará em diferentes níveis de constituição do sujeito, mediante um processo complexo de comunicação que resultará no seu reconhecimento individual, mútuo, social e linguístico.

Segundo Bakhtin, as relações entre linguagem e sociedade expressam os conflitos sociais que nela se originam, sob o ícone da dialética do signo que, por sua vez, ganha expressão mediante os exercícios dos atos de fala. Trata-se da identificação de uma tensão oriunda das relações discursivas, capazes de pôr em confronto valores sociais contraditórios, e mediante a forma e o modo do uso da palavra. Assim considerada, a proposta bakhtiniana sugere que os conflitos simbólicos da língua são espécies de reflexos dos conflitos sociais historicamente constituídos, o que aponta não somente para o signo linguístico enquanto ideologia predominante e determinadora de conduta, mas também para um aspecto axiológico mutável, vivo e plurivalente, que o signo admite como próprio mediante o exercício dialético da argumentação. Nesse sentido, Bakhtin e Perelman convergem para um entendimento próximo: o discurso argumentativo resulta daquilo que os interlocutores expressam em termos de enunciação, e a significação de suas falas corresponderá necessariamente ao que a comunidade linguística na qual estão inseridos entende por razoável, próprio, autêntico. Essa situação denota a importância de uma teoria geral dos valores no processo hermenêutico de interpretação dos enunciados. Ainda, o itinerário interpretativo de suas enunciações, fundado numa *regra de justiça* garantidora da reciprocidade argumentativa, caracteriza-se como narrativa e confere assim aos interlocutores uma identidade narrativa. Deve-se perceber que a ideia bakhtiniana de linguagem como superestrutura social se edifica basicamente sobre dois fundamentos: (1) o enunciado é uma forma de relação social na qual os sujeitos estão envolvidos por uma ideologia; e (2) a prática da linguagem possibilita usos inovado-

res de modo a produzir novas significações e a construir a identidade narrativa dos sujeitos como um elemento orgânico e dinâmico, característico da identidade de *quem* fala algo a alguém.

No entanto, como é possível conceber como válido e legítimo o *discurso de outrem*, de modo a impedir o exercício arbitrário da linguagem? Como justificar a argumentação como a via de compreensão e de respeito pelo *outro*, num processo dialético de reflexão sobre o sujeito histórico e mediante as suas narrativas? Bakhtin esclarece que a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem se expressa no discurso interior do narrador (Bakhtin, 2009, p. 147). Então, a compreensão do discurso de outrem é mediatizada pelo discurso interior em diferentes planos de apreensão-significação: em face de um comentário efetivo surge uma réplica interior; em face do reconhecimento e da identificação surgem a contestação e a crítica. E nessa dialética da significação, necessariamente, um deles deve prevalecer (*ibid.*, p. 148). Quer dizer, o interlocutor não é totalmente livre para tratar do discurso de outrem, uma vez que a significação prescinde dele, mas, por outro lado, sua interpretação expressa entendimento e deve prezar pela autenticidade dos significados.

Prescindindo de uma teoria da argumentação, o sujeito histórico dialeticamente constituído como integrante de conflitos da língua e de conflitos sociais aparece como uma figura linguística – a pessoa – que requer o reconhecimento (de si, do outro e pelo outro) como alguém capaz-falível de discursar, de argumentar. Mas isso somente é possível se levar em consideração a alteridade no discurso. Já o interlocutor, na posição de ouvinte de uma argumentação, deve exercer uma atitude responsiva, concordando com o orador ou discordando dele. Nesse sentido, toda

compreensão é prenhe de resposta e se desenvolve de tal modo a produzi-la, momento esse em que o ouvinte se torna locutor de um discurso.

Referências

- ARÁN, Pampa Olga. 2014. A questão do autor em Bakhtin. *Bakhtiniana*, São Paulo, número especial, p. 4-25, jan./jul.
- BAKHTIN, Mikhail. 2011. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6ª ed., São Paulo, WMF Martins Fontes.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, V.N. 2009. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13ª ed., São Paulo, Hucitec.
- BARTHES, Roland. 2001. *A aventura semiológica*. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo, Martins Fontes.
- PERELMAN, Chaïm. 2000a. *Ética e direito*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes.
- PERELMAN, Chaïm. 2000b. *Lógica jurídica*. Trad. Vergínia K. Pupi. São Paulo, Martins Fontes.
- PERELMAN, Chaïm. 1999a. *O império retórico: retórica e argumentação*. Trad. Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio. 2ª ed., Lisboa, Asa.
- PERELMAN, Chaïm. 1999b. *Retóricas*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo, Martins Fontes.
- PERELMAN, Chaïm; 2000. OLBRECHTS-TYTECA. *Tratado da argumentação: a Nova Retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes.
- RICOEUR, Paul. 1990. *Soi-même comme un autre*. Paris, Editions du Seuil.
- RICOEUR, Paul. 2010. *Tempo e narrativa: o tempo narrado*. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo, WMF Martins Fontes.

Artigo enviado em 24/09/2014.